

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JÉSSICA DE FIGUEIREDO PINTO

**CONTROLE INTERNO: ESTUDO EM UMA EMPRESA DE
CONSTRUÇÃO CIVIL SEDIADA EM NATAL/RN**

NATAL/RN
2013

JÉSSICA DE FIGUEIREDO PINTO

**CONTROLE INTERNO: ESTUDO EM UMA EMPRESA DE
CONSTRUÇÃO CIVIL SEDIADA EM NATAL/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Como requisito final para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Msc. Joana D'arc Medeiros Martins.

NATAL/RN
2013

JÉSSICA DE FIGUEIREDO PINTO

**CONTROLE INTERNO: ESTUDO EM UMA EMPRESA DE
CONSTRUÇÃO CIVIL SEDIADA EM NATAL/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis do Centro
Universitário do Rio Grande do Norte. Como
requisito final para obtenção do título de
bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado (a) em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Msc. Joana D'arc Medeiros Martins
Orientadora

Esp. Roberto Davi
Membro

Prof.º Nome Completo
Membro

Dedico a minha mãe Dária Maria de Figueiredo (in memoriam), que mesmo hoje estando ausente, deixou aos filhos como herança a conscientização de que a busca pelo conhecimento é o melhor caminho a percorrer para alcançar o sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado saúde e sabedoria para realizar esse trabalho, me iluminando sempre para nunca desistir.

Agradeço aos meus irmãos Gisela Figueiredo, Jonhy Figueiredo e Rooney Figueiredo por sempre acreditarem em mim, me apoiando na realização e conquista do meu sonho.

À professora Joana D'arc, pela dedicação em suas orientações prestadas na elaboração deste projeto, me incentivando e colaborando no desenvolvimento deste trabalho. Aos professores que estiveram presentes ao longo desses 4 anos passando o conhecimento de forma a nos tornar grandes profissionais éticos.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas de sala, pelos momentos agradáveis os quais guardarei com muito carinho por toda vida. Em especial a Jorge pelo seu apoio diário e por sempre me incentivar a acreditar em mim mesma para crescer, e à minha grande amiga Maria da Guia que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis e de conquistas, aconselhando a seguir o melhor caminho.

RESUMO

O objetivo do estudo é analisar a importância do controle interno nas organizações, sendo este utilizado para planejar, organizar e supervisionar informações, e assim evitar possíveis fraudes. A metodologia utilizada na pesquisa configura-se como pesquisa bibliográfica desenvolvida através de leituras de livros, no entanto foi realizado um estudo de caso em uma empresa de construção civil sediada na cidade de Natal-RN, no qual foi feito o tratamento dos dados com caráter qualitativo, para obtenção das informações foram utilizados a pesquisa documental e entrevista informal com alguns colaboradores. Como resultado da pesquisa constatou-se que o sistema de controle interno na empresa é utilizado como ferramenta de gestão, aprimorando os procedimentos internos de cada setor da entidade sejam eles contábil, financeiro ou operacional, no entanto, necessitam ser melhor aperfeiçoados. Dessa forma, os diretores da empresa em estudo têm o sistema de controle interno para auxiliá-los na gestão e na tomada de decisão para o alcance das metas em busca do crescimento no mercado imobiliário.

Palavras-chave: Controle interno. Gestão. Controladoria. Auditoria.

ABSTRACT

The objective of the study is to analyze the importance of internal control in organizations, which is used to plan, organize and supervise information and thus avoid possible fraud. The methodology used in this research appears as literature developed through reading books, however it was conducted a case study in a construction company based in Natal-RN, which was made in the processing of data to character qualitative in obtaining the information were used to document research and informal interview with some employees. As a result of the research it was found that the internal control system in the company is used as a management tool, improving the internal procedures of each sector of the entity they are accounting, financial or operational, however, need to be further improved. Accordingly, the directors of the company under study has the internal control system to assist them in the management and decision-making to achieve the goals in pursuit of growth in the housing market.

Keywords: Internal control. Management. Controllershship. Audit.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

IASB – International Accounting Standards Board

IFAC – International Federation of Accountants

IFRS – International Financial Reporting Standards

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Contextualização e Problemática.....	10
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Geral.....	11
1.2.2 Específico.....	11
1.3 Justificativa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Contabilidade: Principais alterações.....	13
2.2 Ramo da Construção Civil.....	15
2.3 Controle Interno.....	16
2.3.1 História.....	16
2.3.2 Conceito.....	16
2.3.3 Princípios.....	18
2.3.4 Princípios Fundamentais de Controles Contábeis.....	19
2.3.4.1 Responsabilidade.....	20
2.3.4.2 Rotinas Internas.....	20
2.3.4.3 Acesso aos Ativos.....	21
2.3.4.4 Segregação de Funções.....	21
2.3.4.5 Confronto dos Ativos com os Registros.....	22
2.3.4.6 Amarrações do Sistema.....	22
2.3.4.7 Custo do Controle X Benefícios.....	23
2.3.5 Levantamento das Rotinas e Funções.....	24
2.3.6 Avaliação do Controle.....	24
2.3.7 Objetivos do Controle Interno.....	25
2.3.8 Importância do Controle Interno.....	26
2.3.9 Controle Interno e a Gestão Empresarial.....	26
2.4 Controladoria.....	27
2.4.2 Missão da Controladoria.....	28
2.4.3 Funções do Controller.....	28
2.4.4 Atribuições do Controller.....	29
2.4.5 Controle de Gestão.....	30
2.5 Auditoria.....	30
2.5.1 Objetivos da Auditoria.....	31
2.5.2 Objetivos da Auditoria Interna e Externa.....	32
2.5.3 Papel da Auditoria.....	33
3 METODOLOGIA.....	34
3.1 Tipo de Pesquisa.....	34
3.1.1 Pesquisa Descritiva.....	34
3.1.2 Pesquisa Bibliográfica.....	34
3.1.3 Estudo de Caso.....	34
3.1.4 Abordagem Qualitativa.....	35
3.2 Coleta de Dados.....	35
3.3 Instrumento e Processo de Coleta de Dados.....	35
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36

4.1 Histórico da Empresa em Estudo.....	36
4.2 Controle Interno	36
4.3 Manual de Controle Interno	37
4.4 Controle de Orçamento.....	37
4.5 Controle de Contas a Receber.....	38
4.6 Controle Financeiro e Procedimentos do Contas a Pagar	38
4.7 Controle Contábil	41
4.8 Controle Interno: Mudanças e Benefícios.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE – Questionário	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA

O trabalho tem como foco apresentar a importância do controle interno como ferramenta fundamental para assegurar a situação real e a integridade dos registros e demonstrações contábeis. Sua utilização é indispensável para a segurança da empresa e também para ajudar o administrador na sua tomada de decisão. Portanto, é possível demonstrar que a utilização de um controle interno eficiente é primordial para a manutenção de qualquer organização, seja qual for o seu objetivo social.

As empresas buscam a qualidade na produção, venda ou prestação de serviços, para isso tendem a instalar na sua gestão administrativa sistemas de controle interno como forma de obter melhores resultados nos acontecimentos periódicos da sua entidade.

Para Almeida (1996, p.63), “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

O controle interno é formado por um conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir certeza a cerca da confiabilidade, que pode ser depositada nas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas e elaboradas de acordo com os princípios da contabilidade. O sistema de controle interno eficiente deve está atento sobre qualquer alteração nos registros contábeis, alertando o surgimento de irregularidades e corrigindo-as em tempo hábil de forma a permitir uma competente gestão (ALMEIDA, 1996).

O controle interno tem como objetivo proteger os ativos, dessa forma é necessário que os dados contábeis sejam confiáveis, já que a administração usa dessas informações para a condução ordenada dos negócios da empresa.

O objetivo do controle interno relativo à salvaguarda dos interesses remete-se à proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades (ATTIE, 2000, p. 117).

Nas empresas é muito importante que esse procedimento de controle interno seja eficiente, que traga resultados positivos para a entidade, já que isso facilita a tomada de decisão do administrador para buscar o crescimento financeiro e no mercado. Hoje, no mundo globalizado o crescimento do mercado de imóveis está em alta, a cada dia surge

novos empreendimentos que atraem a população.

Com um controle interno eficiente, a gestão financeira da empresa se realiza de forma eficaz, já que o objetivo do gestor financeiro é aumentar o valor do patrimônio líquido, para realizar essa tarefa é necessário que o gestor financeiro tenha informações gerenciais que lhe permita conhecer a situação financeira da empresa para tomada de decisão mais adequada aumentando seus resultados.

Sendo assim, são criados novos empreendimentos com qualidade e pontualidade na entrega das obras. Além de buscar recursos financeiros para o crescimento administrativo, a empresa deve trabalhar com um sistema de gestão de qualidade em produtos, o que traz um diferencial para o mercado imobiliário.

Portanto, a razão importante de ter uma gestão financeira em uma organização é de assegurar que a empresa saiba de quanto vai necessitar como obter o dinheiro de que necessita e como deve empregar esse dinheiro para alcançar os seus objetivos de forma ética, responsável e sustentável. É impossível uma organização sobreviver sem uma gestão financeira apropriada e eficiente.

Diante disso, o projeto apresenta o seguinte questionamento de pesquisa: **como se processa o controle interno em uma empresa de Construção Civil sediada em Natal/RN?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar como se processa o controle interno em uma empresa de construção civil sediada em Natal/RN.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar o controle interno na literatura;
- Identificar o sistema de controle interno utilizado pela empresa de construção civil;
- Confrontar o controle interno desenvolvido e operacionalizado pela empresa com as recomendações da literatura.

1.3 Justificativa

O controle interno nas empresas deve ser considerado um sistema de suma importância, já que auxilia na gestão administrativa e tomada de decisões para o

crescimento financeiro da entidade. A empresa a ser estudada implantou um controle interno tanto no sistema financeiro como no seu principal ramo de atividade, voltado sempre para satisfazer a vontade do seu cliente.

A confiabilidade dos resultados gerados por um controle interno, segundo Attie (2000), é que transforma simples dados em informações a partir das quais os empresários, utilizando-se de sua experiência administrativa, tomam decisões visando o objetivo comum da empresa.

Um controle interno eficiente possibilita que a entidade tenha facilidade de encontrar erros e irregularidades que possam vir prejudicar a saúde financeira e a imagem da empresa. Para Almeida (1996, p.50) “um bom sistema de controle interno funciona como uma “peneira” da detecção de erros ou irregularidades”.

Sendo assim o projeto tem como foco principal demonstrar o controle interno em uma empresa de construção civil sediada na cidade de Natal/RN. Com uma pesquisa de campo feita na entidade, no qual os resultados possam vir ajudar no aperfeiçoamento no sistema de controle interno.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade – Principais Alterações

As mudanças que estão ocorrendo na contabilidade afeta as empresas, já que modifica a forma de contabilização de suas receitas e despesas. Sendo assim, tem que está preparada para os impactos da implantação de novas normas, para isso tem que ser feito uma revisão profunda nos processos e nos sistemas de gestão aplicados na organização, para atender as obrigações e evitar riscos.

Segundo o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) – As definições da Lei nº 11.638/2007 e da MP nº 449/2008, convertida na lei nº 11.941/2009, devem ser observadas por todas as empresas obrigadas a obedecer à lei das S.As, compreendendo não só as sociedades por ações, mas também as demais empresas (sob ponto de vista contábil), inclusive as constituídas sob a forma de limitadas, independente da sistemática de tributação por elas adotada.

A lei nº 11.638 trouxe algumas mudanças que altera m a lei 6.404/76, com o foco na estrutura da demonstração contábil. Sendo modificadas as contas de ativo, passivo e patrimônio líquido. Dentre as classificações do passivo, a mais significativa diferença entre a lei 6.404/76 e a lei 11.638/07 está na utilização do subgrupo de resultados de exercícios futuros onde seu objetivo é abrigar receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidos nos anos futuros. Com a lei 11.941 este subgrupo foi revogado.

Na lei 11.638/07 no art.186, verifica-se que as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido não sofreu alteração, já as Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados foi alterada, sendo extinta a conta de Lucros Acumulados no Balanço Patrimonial. Porém sua existência foi vedada, tanto sua demonstração continua totalmente vigente, mas apenas a figura de saldo positivo no balanço. Desta forma fica claro que continua sendo prevista no Plano de Contas.

A lei 11.638/07 auxilia a contabilidade a convergir rapidamente às normas internacionais, provocando a segregação entre a contabilidade societária e a contabilidade fiscal, que era o maior motivo da impossibilidade da evolução, exigindo do profissional contábil a devida atualização para as mudanças e alterações que ocorrem no universo contábil, pois em suma, é ele quem irá demonstrar na prática as verdadeiras alterações.

Segundo o Manual de Normas Internacionais, a Lei nº 11.638/07 estabeleceu que as normas contábeis a serem expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

deverão ser “elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores imobiliários”. Essa determinação afeta os pronunciamentos que são os emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e adotados pela CVM. Além disso, a adoção das normas internacionais de contabilidade para a preparação dos balanços consolidados das empresas abertas exige aquisição de conhecimento imediato pelos contadores e demais profissionais do corpo gerencial das empresas, bem como pelos professores da área.

Assim, com a nova lei, o país visa à adoção de padrões contábeis iguais aos outros países, estendendo essa uniformidade para as empresas. Portanto, precisa-se ter a consciência que o país precisa está dotado de uma regulação contábil que favoreça a comparabilidade entre as demonstrações financeiras, a fim de que possa haver a alocação dos recursos das empresas dentro de um padrão mundial

De acordo com o Manual de Normas Internacionais, “a comissão Européia decidiu, em 2001, adotar as normas internacionais de contabilidade (IAS) emitidas até então pelo International Accounting Standards Committee (IASC) como base para preparação das demonstrações financeiras das empresas abertas da Comunidade Européia.”

No ano 2000 foi apresentado modificações na Lei das Sociedades por Ações, que trata de assuntos contábeis, e buscou modernizar alinhando as normas e práticas contábeis brasileiras às normas internacionais. Sendo assim, as normas brasileiras de contabilidade passaram por alterações para seguir os padrões das normas internacionais, que acabam por influenciar todo sistema contábil brasileiro. (MANUAL DE NORMAS INTERNACIONAIS, 2009)

As regras da Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) são baseadas em princípios bem menos detalhados, enquanto o sistema contábil brasileiro sofre influência no ambiente fiscal, portanto são baseados em regras bem definidas. É importante ressaltar que existe diferença entre as normas internacionais contábeis e as norte-americanas, segundo o presidente da Internacional Federation of Automatic Control (IFAC) (2008), “é o nível de detalhamento das últimas, as quais são produtos do ambiente muito litigioso dos Estados Unidos. Isso tende a tornar o padrão norte-americano mais baseado em regras do que os outros padrões.”

Com a emissão da Deliberação CVM nº 539/08, é preciso saber lidar com uma contabilidade baseada em princípios, privilegiar a essência econômica e preparar os gestores e os contadores que estão acostumados com regras, para que possam acompanhar as atualizações das normas internacionais e alinhá-las às demais normas

locais.

De acordo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1328/11, é necessário a redefinição e revisão da atual estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, de forma que ela seja apresentada conforme os padrões internacionais.

Conforme Art. 1º da resolução nº 1328/11. “As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas.”

Dessa forma fica claro que as empresas devem se adaptar às reformas na contabilidade para utilizar desse processo na gestão e direcionamento, buscando aprimorar as regras antigas com as novas de acordo com a contabilidade internacional, ou seja, padronizar.

2.2 Ramo da construção Civil.

Hoje no mundo globalizado e de grandes avanços na economia as empresas do ramo da construção civil têm como objetivo colocar no mercado imóveis de boa qualidade, que proporcionem grande rentabilidade e sua produção seja economicamente competitivo para empresa. Do ponto de vista social e ambiental, a realização de um empreendimento deve gerar trabalho, aprimoramento técnico e desenvolvimento tecnológico, promovendo assim benefícios sociais. (GEHBAUER, 2002).

Segundo Goldman (2004), o planejamento se constitui atualmente em um dos principais fatores para o sucesso de qualquer empreendimento. Na construção civil, é essencial um sistema que possa ligar informações e conhecimentos dos mais diversos setores, e em seguida direcioná-los de tal forma que todas as informações possam ser utilizadas pela empresa.

Dessa forma é necessário que seja criado um sistema capaz de garantir o perfeito cumprimento das metas estabelecidas para a execução da obra. O planejamento é peça fundamental no campo da construção civil.

Para empresas de incorporação/construção, é durante o estudo de viabilidade do empreendimento que fatores como localização, capital e escolha dos produtos são combinados de tal forma que se obtenha um empreendimento bem sucedido.

Com um bom planejamento, gerenciamento e auxílio dos controles, pode-se dizer que há um grande potencial de melhoria no ramo de construção civil, principalmente se a organização tiver controles internos de execução do que é planejado.

2.3 Controle Interno

2.3.1. História

Historicamente a palavra controle surgiu do francês *contrôle*, que sempre esteve ligada as finanças e consiste em averiguar se as atividades efetivas estão de acordo com as atividades e projetos originais.

Para Castro (2008, p.27):

O vocábulo *contrôle* tem origem no latim *rotulum*, que designava a relação dos contribuintes. Era a partir dessa lista que se contratava a operação do cobrador de impostos. Incorporando em definitivo pelos diversos idiomas, o vocábulo controle tem sentido amplo, podendo significar dominação (hierarquia/subordinação), direção (comando), limitação (proibição), vigilância (fiscalização contínua), verificação (exame), registro (identificação).

A citação de Castro demonstra como surgiu o controle interno por meio de fatos econômicos, era visto como uma forma de cobrar os impostos, obter a fiscalização sobre domínio, sobretudo trazendo informações que pudessem ajudar na tomada de decisão para o crescimento de organizações através de exames e registros contábeis, seguindo normas e a criação de leis específicas que pudessem direcionar o controle para as atividades de gestão.

Oliveira (2005, p. 427), explica que controlar é comparar o resultado das ações, com padrões previamente estabelecidos, com a finalidade de corrigi-las se necessário. Dessa forma o controle interno tem extrema importância para contabilidade, pois tem a função de apoio para a tomada de decisões.

2.3.2 Conceito

As empresas de grande porte para ter um retorno melhor sobre o que está acontecendo na sua empresa, ou seja, para se ter um controle interno eficiente é criado funções para cada funcionário como forma de direcionar a responsabilidade não apenas para uma única pessoa. O que ocorre é que um profissional designado como controller exerce o papel de supervisionar o trabalho de outros indivíduos da organização, buscando melhorias nos procedimentos elaborados por eles.

Segundo Almeida (1996, p.50) “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.”

Com as novas tecnologias o sistema de controle interno dentro das organizações vem se aprimorando para facilitar o trabalho de auditoria interna.

Na empresa devem existir excelentes normas de trabalho, mas se elas não são seguidas e executadas, então sempre haverá deficiências.

O Institut Français des Experts Comptables (apud Sá 2002, p. 105) assim define:

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados fornecidos pela contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção.

Os controles de interesse do auditor são os controles contábeis e controles administrativos. Mesmo existindo uma relação entre auditoria e controle, mas acaba por ter certa diferença entre ambas, sendo assim é importante ressaltar a diferença entre controle contábil e controle administrativo.

Segundo Lopes de Sá (2002, p. 106):

Controles contábeis entendem sejam aqueles que se relacionam diretamente com o patrimônio e com os registros e demonstrações financeiras. Controles administrativos entendem sejam os concernentes basicamente à “eficiência operacional” e à “vigilância operacional”, e que só indiretamente são referidos nos registros contábeis.

É importante que a empresa saiba entender a diferença entre os controles contábeis e controles administrativos, apesar de estarem interligados os controles contábeis estará sempre voltado para a necessidade de informações de dados e registros contábeis e devem estar sempre atualizados e confiáveis. Enquanto que o controle administrativo deve ter os relatórios financeiros organizados para ajudar na tomada de decisão de gestores.

Segundo Almeida (1996) e Attie (1998):

Os controles contábeis são compostos geralmente de sistemas de autorização e aprovação, segregação de funções, controles físicos e auditoria interna. Por sua vez, os controles administrativos são compostos por análises estatísticas, controles de qualidade, programas de treinamento, estudo de tempo e movimento, análise das variações entre os valores orçados e os incorridos e relatórios de desempenho.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) N° 700/91 aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, que afirma:

O sistema contábil e de controles internos compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade de seus registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional.

O sistema de controle interno contábil tem como foco adotar procedimentos que possam proteger o patrimônio da entidade através de registros e demonstrações contábeis confiáveis, para isso é necessário que os gestores direcionem pessoas de confiança para controlar e organizar dados da contabilidade, então é importante que se utilize da segregação de função, ou seja, não pode uma pessoa que faça o operacional realizar tarefas de análise de informações contábeis do qual não tem conhecimento, pois pode ocorrer das informações serem manipuladas.

No controle interno administrativo, os diretores das organizações utilizam dados estatísticos financeiros para criar procedimentos e normas eficientes, no qual possam beneficiá-los para futuros investimentos.

Devido às inúmeras irregularidades que ocorrem nos setores financeiro, administrativo e compras que passam despercebidas pelos proprietários e diretores, para isso eles passaram a se interessar mais em aprender as novas técnicas e procedimentos para evitar situações de fraudes e desfalques. (CREPALDI, 2000)

Existem três tipos de irregularidades que podem afetar a imagem da empresa, suborno quando alguém recebe benefícios para tomar decisão. A fraude tem como característica a adulteração de documentos e dados, já o desfalque é a retirada de dinheiro de algo que não pertence ao indivíduo e sim a entidade. (CREPALDI, 2000)

2.3.3 Princípios

Segundo Almeida (1996), “para auxiliar o desempenho, funcionamento e entendimento dos controles internos contábeis, existem os princípios que devem ser bem definidos e esclarecidos para que possam ser seguidos pelos responsáveis e funcionários.”

Em uma organização onde o controle interno integra o sistema de procedimentos da entidade, ele deve criar princípios a serem seguidos por todos, como forma de obter um sistema eficiente.

Afirma ainda Almeida (1996) que são considerados princípios fundamentais de controle interno:

- Existência de um plano de organização com uma adequada distribuição de

responsabilidades;

- Regime de autorização e de registros capazes de assegurar um controle contábil sobre os investimentos, financiamentos e sistema de resultados da empresa (custos e receitas), ou de metas das instituições (orçamento);
- Zelo do elemento humano no desempenho das funções a ele atribuídas;
- Qualidade e responsabilidade do pessoal, em nível adequado.

Para um controle interno eficiente depende objetivamente de:

- Qualidade do pessoal;
- Excelência técnica do método de trabalho;
- Eficácia da aplicação das normas técnicas de contabilidade e daquelas de organização racional do trabalho;
- Qualidade e eficiência dos meios materiais utilizados (que devem ser adequados);
- Aferição eficiente dos resultados.

De acordo com Lopes de Sá (2002, p. 108), “todos esses elementos devem ter desempenho adequado e satisfatório para que se consiga um sistema de controle capaz de atender às necessidades da empresa.”

Os princípios têm como objetivo transformar o ambiente de trabalho da empresa organizado, que cada integrante saiba exatamente a função que desempenha como também ter um conhecimento básico sobre todos os setores da entidade, este procedimento demonstra a eficácia e eficiência da organização em apresentar seus serviços ao mercado.

No livro de Lopes Sá (2002, p. 108), afirma que tais objetivos fixados visam alcançar as seguintes metas, como princípios:

- Uma só pessoa não deve acumular as funções dos grupos;
- Uma só pessoa não deve acumular todas as funções do seu grupo;
- Nenhuma pessoa deve estar livre de controle, ou seja, ninguém deve acumular tanta autoridade que evite o controle sobre si mesmo.

2.3.4.3 Princípios Fundamentais dos Controles Contábeis

Em uma empresa de grande porte, no qual possui uma grande quantidade de funcionários é necessário que a administração desta fique responsável para estabelecer regras e procedimentos de controle interno, como também deve verificar se está seguido pelos funcionários para adaptá-los para as novas mudanças internas. Sendo assim, foram

criados os princípios de controle interno que são utilizados como uma forma de organizar a empresa.

2.3.4.1 Responsabilidade

É importante que na empresa o controle interno e a organização dos cargos e definições do trabalho de cada funcionário devem ser definidos com clareza, de preferência por escrito com elaboração de manuais internos da organização servindo para: (LOPES SÁ, 2002)

- Assegurar que todos os procedimentos de controle sejam executados;
- Detectar erros e irregularidades;
- Apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

Dessa forma são distribuídas adequadamente as responsabilidades através de um plano de organização definido e limitado, e deve ser por escrito. No caso de empresas de grande porte é importante ter um manual de controle interno.

2.3.4.2 Rotinas Internas

No manual de controle interno da empresa deve ter de forma específica e detalhada as rotinas e procedimentos interno dentro da organização. Esse processo facilitar o trabalho do funcionário como forma de evitar gastos desnecessários e erros que possa vir ocorrer por falta de padronização (LOPES SÁ, 2002).

O manual deve conter as seguintes rotinas:

- Formulário interno e externo, como:
- Solicitação de material de expediente ou de serviços;
- Pedido de vendas;
- Solicitação de despesas com viagem.
- Evidências das execuções dos procedimentos internos de controle (assinaturas e carimbos)
- Procedimentos internos dos diversos setores da empresa, como por exemplo;
- Atendimento ao cliente;
- Análise de crédito;
- Financeiro;
- Departamento pessoal;

- Projetos.

Em algumas empresas existe um manual com registro de todas as rotinas e os procedimentos internos utilizados por cada setor, como forma de auxiliar tanto os funcionários internos como também para os novos integrantes da organização.

2.3.4.3 Acesso aos Ativos

Em uma empresa no qual possui um grande fluxo de entrada de ativos, é necessário que informações dos ativos sejam limitadas aos funcionários e estabelecer controles físicos sobre esses. Os ativos representam principalmente o fluxo de caixa, emissão de cheques assinados, acesso ao cofre interno, ou seja, tudo que esteja envolvendo a parte financeira da empresa. São exemplos de controles físicos sobre ativos (LOPES SÁ, 2002):

- Local fechado para o caixa;
- Guarda de título em cofre;
- Deve haver revistas de funcionários ou terceiros que estejam com pacotes.

O importante de se ter um acesso restrito as informações financeiras é que esses dados não possam ser manipulados e fraudados, o que pode dificultar no processo de analisar e encontrar o erro. Sendo assim, essas informações devem ser direcionadas apenas a aquele funcionário que faz o trabalho diariamente com dinheiro, cheques e documentos contábeis e cabe ao seu gestor verificar se foi realizado corretamente o fechamento do caixa. O acesso aos ativos deve ser limitado pelos funcionários e o estabelecimento de controles físicos.

Sendo assim, é necessário que o controle de caixa fique responsável somente a uma pessoa, os documentos contábeis, como análise de balanço e conciliações bancárias é restrita apenas a uma pessoa, no entanto todos as informações das operações realizadas por esses funcionários devem ser apresentados relatórios mensais ao controller da empresa.

O acesso aos ativos pode se dar de forma indireta (fisicamente) ou de forma indireta, por meio de documentos que autorizam sua movimentação. (CREPALDI, 2000).

2.3.4.4 Segregação de Funções

Em uma empresa é necessário que tenha a segregação de funções, ou seja, uma

mesma pessoa não pode realizar várias funções, pois pode ocorrer um desvio de informação que pode prejudicar a situação financeira e contábil da empresa.

De acordo com Almeida (1996, p. 54), “a segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não possa ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, devido essas funções serem incompatíveis dentro do sistema do controle interno.”

Na contabilidade mostra que se uma pessoa é de um setor de contas a pagar, mas ela tem acesso as demonstrações contábeis, o que não deveria ocorrer. Pois os dados podem ser alterados porque o indivíduo não tem conhecimentos necessários para realizar a tarefa ocultando informações, por não saber o lançamento na conta destinada ou até mesmo para manipular as informações.

O acesso a esses registros representa às pessoas que os preparam ou manuseiam informações que servem de base para sua elaboração, em circunstâncias que lhes permitam modificar os dados desses registros. (CREPALDI, 2000)

Sendo assim é estabelecido que uma pessoa que exerce a função de registro não tenha acesso aos ativos fisicamente, ou seja, deve existir independência entre as funções. Ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação.

2.3.4.5 Confronto dos Ativos com os Registros

É necessário que periodicamente ocorra o confronto dos registros dos ativos com os registros da contabilidade, com o objetivo de detectar fraudes e desfalques de bens como também registros contábeis feitos irregulares. São exemplos desse confronto (ALMEIDA, 1996):

- Contagem de caixa e comparação com o saldo do razão geral;
- Contagem física de títulos e comparação com o saldo da conta de investimentos do razão geral;
- Conciliações bancárias;
- Inventário físico dos bens do ativo imobilizado e do estoque.

Esse procedimento de confronto deve ser realizado por alguém que não tenha acesso aos ativos, sendo de suma importância tal procedimento como forma de evitar que algum funcionário se apodere indevidamente de algum ativo sem que ninguém perceba a fraude.

É nesse momento que o controller e o gestor do setor, juntamente com o

responsável pelo trabalho realizado faça a conferência do ativo com os registros da contabilidade, sendo mais fácil localizar qualquer erro que aconteça.

2.3.4.6 Amarrações do Sistema

De acordo com Almeida (1996, p. 55), “o sistema de controle interno deve ser concebido de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência”.

O documento ou operação realizada deve ser registrado de acordo com o princípio da competência, ou seja, no período que foi realizado.

As rotinas internas de controle devem ser determinadas e executadas de modo que um setor dependa de outro para realizar o processo final. Dessa forma, o setor de contas a pagar não poderá receber uma nota fiscal sem que o setor de compras tenha conferido de acordo com o pedido realizado.

O processo correto dentro da organização é receber a nota fiscal com o pedido de compra assinado pelo gerente do setor, pois assim confirma que a operação feita realmente foi aprovada e a dívida é devida.

Portanto, é permitido somente o registro de transações autorizadas e com documentos para sua devida comprovação.

2.3.4.7 Custo do Controle X Benefício

Segundo Almeida (1996, p.55), “o custo do controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera obter.” Ou seja, é importante saber a direção do custo com o controle interno para a realização do procedimento evitando desperdício.

As empresas têm recursos limitados e devem destacar as atividades de utilização que mais agregam valores. Nos controles internos os recursos devem ser investidos para avaliar os riscos mais relevantes, a fim de diminuí-los. Os benefícios apresentados pelo controle interno nas instituições são: a proteção dos bens, proteção de todos os ativos da empresa, através do procedimento de contagem física.

A efetiva utilização desses princípios e métodos, de pessoal qualificado, garante a eficiência do controle interno, mas segundo Sá (2002), existem profissionais que estabelecem ainda regras para o cumprimento desses princípios, tais como:

- Regime de autorizações;
- Supervisão dos procedimentos normativos;

- Padrões a serem definidos;
- Registro e relatórios;
- Análise sistemática dos fatos;
- Estatísticas.

Estas regras podem também auxiliar ao desempenho dos controles e possibilitar o alcance de seus objetivos.

2.3.5 Levantamento das Rotinas e Funções

Em uma empresa de grande porte existem vários procedimentos internos referentes a rotinas e funções de cada funcionário, já que esse trabalho ajuda no sistema de auditoria interna, pois é muito importante que a empresa saiba que cada integrante da sua empresa esta desempenhando o seu trabalho de forma coerente.

De acordo com Lopes Sá (2002, p. 109), “o levantamento de funções e das rotinas é uma tarefa da “pré-auditoria” dentro do processo da “avaliação do controle interno”. Portanto são necessários os seguintes elementos:

- Organograma;
- Manual de rotinas ou procedimentos administrativos, descrevendo cada função;
- Regulamentos e estatutos;
- Plano de contas (inclusive de custos);
- Orçamento (caso exista);
- Processos de autorizações (quando os manuais de rotinas são bem feitos, neles pode-se encontrar esta matéria) e da supervisão;
- Programas e procedimentos de informática (computadores).

Então esses procedimentos existem na empresa facilitando o serviço do auditor para passar a devida segurança para oferecer ao controle interno.

2.3.6 Avaliação do Controle

O controle interno entende-se por instrumentos que são destinados a fiscalização e verificação da administração para prever e dirigir os acontecimentos que ocorrem dentro da empresa e que possam afetar o patrimônio. Dessa forma, o principal fator para uma melhor administração é a contabilidade, pois é através da escrituração e registro dos fatos após sua ocorrência que pode ser elaborado o relatório, para ser apresentado aos

gestores e para direcionar a decisão correta para o alcance da eficácia.

Para finalizá-lo o processo de controle interno é necessário que se faça uma avaliação do controle interno para verificar se todos os procedimentos estão sendo realizados adequadamente. Portanto envolve as seguintes tarefas (ALMEIDA, 1996):

- Levantamento de preliminares;
- Ponderação dos fatores e princípios do controle interno;
- Levantamento dos dados básicos para aferição de rotinas e funções;
- Planejamento da análise do controle;
- Avaliação;
- Pesquisas sobre erros que escapam ao controle interno (riscos inerentes).

A avaliação de controle serve para conhecer o local onde vai ser realizado o trabalho, no entanto, são nessas avaliações onde se encontra os erros e falhas. Com isso pode atrapalhar o trabalho do auditor por falta de elementos que comprovem os fatos.

Segundo Franco e Marra (2001, p.267):

“o sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e de sua eficácia operacional”.

É importante que na avaliação deve está envolvido tudo o que necessário e que mereça uma atenção especial. Pois quanto melhor e mais eficientes o controle interno dentro da organização a auditoria será feita com mais segurança.

2.3.7 Objetivos do Controle Interno

Para o estabelecimento de metas e objetivos, as empresas adotam ações que aumentam a probabilidade de que estas sejam alcançadas, com isto, chega-se ao entendimento sobre o controle interno que abrange a alta administração e os níveis gerenciais apropriados.

O controle interno serve para evitar o abuso de poder, o erro, a fraude e principalmente a ineficiência. É necessário ter o controle interno para que as entidades resguardem os seus ativos, assegurem à fidelidade e integridade dos registros, demonstrações, informações e relatórios contábeis. Dessa forma, a ocorrência de erros que prejudiquem a entidade será mínima e caso isso aconteça será mais fácil identificá-la e corrigi-la.

Para Attie (2000, p.114):

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custo padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento de pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, por exemplo, estudos e tempos e movimentos, e controle de qualidade.

O controle interno está diretamente relacionado com as demais funções do processo administrativo como: planejamento, organização e direção.

O objetivo do controle interno relativo à salvaguarda dos interesses remite-se à proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades (ATTIE, 2000, p. 117).

É importante analisar que o foco principal do controle interno é proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução dos negócios da empresa.

Os objetivos principais do controle interno são:

- Fornecer à contabilidade dados corretos e conferir a exatidão da escrituração;
- Evitar desperdícios, erros e se ocorridos identificá-los.

Para Fayol (1981, p. 139), o controle tem por objetivo “assinalar as faltas e os erros a fim de que se possa repará-los e evitar sua repetição”.

Para algumas organizações o conceito e objetivo do controle interno é de que apenas o caminho para o processo decisório final para os gestores, mas vale salientar que esse processo possa ser bem mais que isso. Pois gera benefícios socioeconômicos muito além que interesses que visem apenas decisões financeiras. Sendo assim, a visão sobre o controle interno tem que ser com a perspectiva do lucro como objetivo empresarial.

Pereira (2001, p.78) afirma que, “se mensurados corretamente, os lucros constituem a melhor medida de eficácia da empresa. Além dos níveis de eficácia da empresa, expressam as contribuições de suas áreas, atividades, eventos e transações para os resultados globais”.

2.3.8 Importância do Controle Interno.

O controle interno mostra a sua importância no momento em que se torna impossível criar e desenvolver uma empresa que não tenha nenhum controle sobre seus

bens, procedimentos e garanta informações precisas e confiáveis.

Para Attie (2000, p. 113), “o controle interno é parte integrante de cada segmento da organização e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto do controle interno.”

Dessa forma pode-se dizer que o controle interno envolve todas as atividades e rotinas de natureza administrativa e contábil para preparar a empresa desde os empregados de pequenos cargos até os diretores para que compreendam e sigam as normas da entidade como forma de cumprir a missão que foi designada no momento de sua abertura.

2.3.9 Controle Interno e a Gestão Empresarial

A cada dia o controle interno torna-se mais importante nas organizações, principalmente no processo de gestão. Com um controle interno eficiente e bem implantado pode reduzir gastos e custos gerando mais confiança para os acionistas nas tomadas de decisões para melhoria da empresa em busca de novos mercados.

Attie (2000, p.119) explica que “Uma empresa necessita constituir, para si, sistemas que lhe garantam conhecer os atos e eventos ocorridos em cada um dos seus segmentos. Os efeitos ocorridos através da realização de cada ato devem ser escriturados e levados, em tempo hábil, ao conhecimento dos administradores”. O controle interno deve ser implantado pelo administrador de forma a ajudar a organizar a empresa e conhecer melhor os procedimentos internos, obtendo fatos reais e estimados. Não é obrigatório está rigidamente de acordo com as normas e livros, mas deve apresentar condições favoráveis a empresa.

É importante que a empresa possa dispor de informações que auxilie a administração dos negócios, no entanto, essa informação só terá validade somente quando for real e confiável a partir de dados verídicos. (ATTIE, 2000)

O controle interno está ligado ao processo administrativo de planejamento, organização e direção, sendo visualizado como um sistema que possa fornecer o feedback como forma de obter resultados positivos sobre o procedimento adotado pela administração da empresa.

Com um sistema de controle interno bem definido, planejado, gerenciamento e com acompanhamento pode permitir uma melhor base para a tomada de decisão estratégica ou administrativa, buscando a melhoria da qualidade do planejamento estratégico dos recursos da organização.

O Instituto de Auditores Internos, (Audibra 1992, p.42) apresenta o conceito de controle com base na eficácia empresarial, define “Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecida sejam atingidos.”

2.4 Controladoria

A controladoria surgiu no início do século XX em grandes corporações norte-americanas, com a finalidade de realizar controle de todos os negócios das empresas. Devido o crescente número de empresas ter crescido depois a Revolução industrial aumentando a concorrência, exigiu que os acionistas e gestores buscassem um controle em relação aos departamentos e divisões.

No Brasil, a função do controller surgiu com a instalação de multinacionais norte-americanas no país. O objetivo era ensinar as teorias e práticas contábeis, voltado sempre ao desenvolvimento e implementação de um sistema de informações adequado, como forma de manter o controle sobre as operações das empresas.

Oliveira (1998, p.19), diz que “pode-se entender controladoria como o departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de uma determinada entidade”.

Sendo assim, pode-se dizer que o papel do controller é bastante diversificado e não se resume a apenas analisar relatórios contábeis, como também apresentar os pontos fortes e fracos, identificando os futuros e atuais problemas que possam afetar o desempenho da empresa, então o controller deve também apoiar os gestores nas tomadas de decisões.

Conforme Mosimann e Fisch (apud. Paulo Schmidt, 2002 p. 21) enquanto órgão administrativo, a controladoria:

“tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborar com os gestores em seus esforços de obtenção da eficácia de suas áreas quanto aos aspectos econômicos e assegurar a eficácia empresarial, também sob aspectos econômicos, por meio da coordenação dos esforços dos gestores das áreas”.

Dessa forma, os gestores devem está atentos a todas as dicas e informações passadas pelo controller para dirigir e controlar as operações de modo que fiquem em

posição de vantagem para aproveitar todas as ações positivas que contribuíam para dar continuidade a organização dentro da concorrência do mercado atual.

2.4.1 Missão da Controladoria

Toda organização possui sua missão e princípios que devem ser cumpridos por todos que fazem parte dela. No entanto, a cultura e forma de dirigir dos gestores podem influenciar na cultura organizacional, o que faz com que ela crie sua própria personalidade.

O principal objetivo da controladoria é zelar pela continuidade da empresa como também coordenar as decisões e esforços dos gestores para o cumprimento da missão, gerando informações para alcançar o resultado positivo para a busca da eficácia e garantir a sobrevivência no mercado.

2.4.2 Funções do Controller

Em uma empresa de grande porte, que possui um controller os gestores geralmente se dirigem a ele para obter orientações a respeito do controle das atividades empresariais. É de competência de o controller manter os gestores informados sobre os acontecimentos e rumos da empresa.

O profissional controller deve ter capacidade para realizar todas as tarefas que lhe foram designadas, gerenciando seus subordinados de forma que seja sempre justo e honesto no fornecimento das informações. Deve ter habilidade para comunicar-se com diferentes níveis hierárquicos da empresa, respeitando sempre as idéias e opiniões de cada um.

Mesmo com tantas responsabilidades e obrigações que lhe são designadas, o controller pode sim delegar trabalhos para outras pessoas executarem e ele apenas ficar na posição de supervisioná-las.

2.4.3 Atribuições do controller

O controller deve está atento a todas as atribuições como a informação que deve ser passada e controlada por ele. Depois que as informações forem geradas pelos sistemas é importante que se apresente como um motivador para as pessoas da organização de forma positiva, de forma que facilite para avaliá-las.

O controller é o primeiro a identificar as inconsistências dentro da empresa, problemas que possam afetar o ambiente interno e externo da organização. Sendo assim, ele deve assessorar os gestores para encontrar a solução das falhas, inclusive coordenando os trabalhos.

O principal papel do controller dentro de uma organização é de coordenar, avaliar e fazer o acompanhamento das tarefas que o funcionário desempenha dentro da empresa, a avaliação traz a adequação dos resultados caso não sejam satisfatório é necessário que os pontos sejam identificados para que sejam corrigidos e devem-se apresentar sugestões para a solução.

No momento que o controller faz o planejamento de ações que a organização deve desenvolver é importante que ele possa direcionar todas as etapas e partes que compõe o trabalho de controlar as tarefas realizadas por todos os integrantes.

Segundo Paulo Schmidt, a mensuração é “tarefa que requer habilidade em fazer relacionamentos e visualizar tendências para auxiliar os gestores na realização das operações sob sua responsabilidade na empresa, além de indicar ações corretivas para ajustar as variações”.

Sendo assim para executar suas funções adequadamente o controller deve ser capaz de desempenhar as seguintes atividades: fornecer informações, entender operações, comunicar claramente, analisar a informação, fornecer projeções, fornecer informação tempestiva, acompanhar os problemas, ganhar a confiança, ser justo e imparcial e fornecer informações de custo eficaz.

2.4.4 Controle de Gestão

Segundo Horngren, Foster e Datar (apud Paulo Schmidt, p. 31) afirmam que o sistema de controle de gestão, “é o meio de se obter e utilizar a informação para ajudar e coordenar as decisões de planejamento e controle em uma organização e para orientar o comportamento do empregado. O objetivo do sistema é melhorar as decisões coletivas dentro de uma organização”.

O importante do controle de gestão para os gestores é que os relatórios devem conter informações gerais sobre o ambiente interno, como também dados financeiros e não-financeiros externos. Esse controle serve para atingir a maior eficácia no desempenho de cada área da empresa. Então pode-se dizer que um bom controle significa que o gestor está bem informado e que pode ser confiante, e caso ocorra alguma falha será mais fácil de detectá-la.

2.5 Auditoria

Com a evolução do sistema capitalista as empresas ampliaram seus investimentos em tecnologias, portanto foi necessário aumentar o controle interno para reduzir custos e tornar seu produto mais competitivo no mercado. Sendo assim, surgiu a auditoria externa como forma de evitar erros e fraudes, e ter uma análise financeira melhor sobre a empresa.

Para o crescimento financeiro das empresas foi necessário buscar ajuda a terceiros, buscando novos sócios. Mas para a entrada desses sócios era preciso conhecer a posição patrimonial e financeira, a capacidade de gerar lucros e como estava sendo administrados os recursos financeiros da empresa. Portanto para obter informações coerentes através das demonstrações contábeis, do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado do exercício era necessário que fossem examinados por um profissional independente da empresa que seria o auditor externo.

Segundo Attie (2000, p.25), “a auditoria interna toma forma embrionária com uma atividade necessária à organização e desenvolve-se a fim de seguir a gerência ativa, concedendo-lhe alternativas, como ferramenta de trabalho, de controle, de assessoria e administração.”

Assim, percebe-se que a auditoria interna passa a ter poderes de orientar a administração a melhorar os negócios, identificar os erros e problemas sugerindo correção.

Afirma Crepaldi (2000, p.27), que “a Auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.”

O trabalho por parte do auditor em analisar documentos contábeis da empresa é realizado regularmente como forma de evitar fraudes, desfalques e subornos. Ou seja, a auditoria interna possibilita a identificação de transações realizadas pela empresa, e se elas estão de acordo com as políticas internas determinadas pela administração.

2.5.1 Objetivos da Auditoria

A auditoria quando realizada tem como base as provas nos registros contábeis e nas demonstrações financeiras, elaborando exames com o objetivo de se certificar do fato

verídico de acordo com as normas e critérios de auditoria, utilizando o objeto de auditoria que são todos os elementos contábeis que possuem valores que comprove os atos da administração. (CREPALDI, 2000)

Crepaldi (2000, p.27) afirma, “o objetivo principal da auditoria pode ser descrito, em linhas gerais, como o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparadas pela companhia auditada”.

O auditor deve apresentar relatórios através de parecer para a diretoria, como forma de alertar e prevenir de possíveis irregularidades, eliminando os riscos para a decisão de gestores.

O objetivo da auditoria é conforme Franco e Marra (1992, p.25):

O conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrativo, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais.

A auditoria tem importância de todos os meios de prova ao seu alcance, para apurar a veracidade dos registros, mesmo que tenha de recorrer às provas extra contábeis, ou mesmo fora da empresa auditada. Caso haja falta de apuração de registros que deveriam ter sido feitos será uma forma de comprovar que não há exatidão nas demonstrações contábeis, principal objetivo da auditoria.

Dessa forma, pede-se afirmação no momento da auditoria a confirmação dos registros e das demonstrações contábeis. Pois, uma boa avaliação e adequação dos registros devem ser encaminhadas para a administração, ao fisco, aos proprietários e financiadores do patrimônio a convicção de que às demonstrações contábeis que refletem ou não a situação do patrimônio em determinada data e suas variações em certo período.

2.5.2 Objetivos da Auditoria Interna e Externa

De acordo com Attie (2000, p.28), “... a proposta da auditoria interna é auxiliar os membros da administração a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades.”

Attie (2000, p.29) afirma:

A auditoria interna, através de suas atividades de trabalho, serve à administração como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, assim como os sistemas contábeis e de controle interno, estão sendo efetivamente seguidos e que as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos.

Sendo assim a auditoria interna deve estar sempre em concordância com os processos administrativos para evitar erros operacionais que possa vir prejudicar a imagem da empresa. A auditoria interna é realizada por um funcionário que trabalhe na companhia como auditor interno, como forma de controle diariamente os processos administrativos.

O auditor interno deve ser uma pessoa de confiança da direção da empresa, ele deve ter conhecimento sobre todas as atividades que existem dentro da organização.

De acordo com Crepaldi (2000, p. 41), “o objetivo da auditoria interna é auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas”.

É importante que o auditor tenha acesso livre aos registros contábeis e de funcionários, ele deve ter disponibilidade de revisar procedimentos e demonstrações contábeis, no entanto, o auditor interno deve estar sempre atento ao sigilo de informações como também seguir a ética profissional.

A auditoria externa deve ser realizada através de um profissional independente que não esteja diretamente ligada a empresa, esse profissional deve ser contratado quando os diretores da companhia sentir a necessidade de avaliar melhor as operações para obter resultados positivos sobre a empresa para buscar novos investimentos.

Crepaldi (2000, p. 48) afirma:

A auditoria externa constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade.

A auditoria interna está conectada a auditoria externa, ambas realizam o mesmo trabalho só que diferencia a extensão e a profundidade, no entanto, devem ser coordenadas para não haver tarefas repetidas. (MAGALHÃES, LUNKES, MULLER, 2001)

2.5.3 Papel da Auditoria

O profissional que realiza trabalhos de auditoria é contratado por uma empresa quando fatos que causam desconfiança dos diretores a respeito da situação administrativa. Sendo assim, o papel do auditor não é de apenas detectar e investigar

fraudes, mas caso ocorra ele deve comunicar através de relatórios a diretoria da organização para tomar providências para solucionar o problema.

Os empresários necessitam estar informados sobre a sua empresa, para isso o auditor independente desempenha o seu papel de auxiliar o empresário de como entrar no mercado através de consultorias. (CREPALDI, 2000)

O auditor deve sempre seguir corretamente o código de ética, em nenhuma circunstância divulgar fatos e dados sobre a empresa auditada, ou seja, ter absoluto sigilo sobre todas as informações coletadas.

Segundo Crepaldi (2000, p.25), “o dever de manter confidencialidade mantém-se inclusive após o encerramento do prazo”.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa.

3.1.1 Pesquisa Descritiva

A pesquisa foi elaborada com o objetivo de verificar e descrever as características do controle interno de uma empresa de construção civil sediada na cidade de Natal/RN. Portanto, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, segundo Gil (2002), procura descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

Afirma Oliveira (1998, p.114), “é um tipo de estudo que permite ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno.”

A pesquisa descritiva é utilizada para descrever os acontecimentos e fatos, caracterizando cada momento com conceitos que propiciam benefícios.

No projeto foi possível descrever todas as características e objetivos de um sistema de controle interno dentro de uma organização, como também a importância do profissional controller que desenvolve seu trabalho de forma a auxiliar as decisões dos gestores para o crescimento financeiro da empresa.

3.1.2 Pesquisa Bibliográfica

O trabalho está embasado também em pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de materiais como: livros, artigos, projetos e material disponível pela internet. (Gil 2002, p. 44) defende a utilização de fontes bibliográficas, ao afirmar que “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência”.

O importante da pesquisa bibliográfica é a forma como se define o assunto, utilizando concepções que ajuda a entender melhor o objetivo do projeto.

Segundo Oliveira (1998, p.119), “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.”

Para o desenvolvimento do estudo de caso, foi necessário ter como embasamento a pesquisa bibliográfico através de livros e artigos que pudessem direcionar as informações para obter dados suficientes para a conclusão do mesmo.

3.1.3 Estudo de caso

Na pesquisa foi considerado um estudo de caso no qual houve uma análise mais profunda do problema de maneira que se permitiu seu amplo e detalhado conhecimento. Para Beuren (2004), o estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso.

O estudo de caso possui ferramentas que são necessárias para a busca de soluções para os questionamentos feitos pela pesquisa. Também conhecida como pesquisa de campo.

De acordo com Oliveira (1998, p.117), "a pesquisa tem por objetivo estabelecer uma série de compreensões no sentido de descobrir respostas para indagações e questões que existem."

3.1.4 Abordagem qualitativa

A pesquisa possui a abordagem qualitativa de seu conteúdo, no qual segundo Gil (2002), considera que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A importância da pesquisa é que ao apresentar a justificativa do problema através da abordagem qualitativa, a apresentação é clara e adequada para entender melhor a relação de causa e efeito do fenômeno e por fim chegar à sua verdade e razão. (OLIVEIRA, 1998)

Sendo assim, a pesquisa qualitativa realizada auxiliou no questionário aplicado para obter informações mais detalhadas sobre o controle interno dentro da organização.

3.2 Coleta de Dados

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado na empresa do objeto do estudo de caso, pessoalmente pela pesquisadora no período de um mês, já que foi necessário aguardar o retorno dos entrevistados.

3.3 Instrumento e Processo de Coleta de Dados

O estudo foi realizado a partir da coleta de dados através de um questionário

aplicado contendo perguntas fechadas e abertas. O questionário foi aplicado aos setores de contas a pagar, a receber e ao novo setor de controladoria da empresa de construção civil sediada na cidade de Natal – RN.

O período de aplicação do questionário se deu no mês de abril, ocorrendo alguns imprevistos por falta de retorno dos entrevistados, o que dificultou o processo de análise e finalização do estudo.

A elaboração das perguntas constantes no questionário foi baseada na literatura, trabalhando sobre assunto no que se refere a procedimentos e rotinas internas consideradas como ideal para salvaguardar o patrimônio da entidade.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo foi realizado um questionário aplicado na empresa em estudo que trabalha no ramo da construção civil sediado em Natal. Foram identificados os controles internos existentes, e levantados manuais e procedimentos utilizados pela empresa, e que depois de comparados com a fundamentação teórica, pode-se ser feita uma análise com base nos dados coletados e propor algumas melhorias.

4.1 Histórico da empresa em estudo

A empresa foi fundada no ano de 2001, atuante no ramo da construção civil no Rio Grande do Norte, vem conquistando a preferência da população norte rio-grandense desde sua fundação, devido a qualidade de seus empreendimentos e a pontualidade na entrega das obras.

Hoje já muito forte no mercado de Natal e de Mossoró no RN, a empresa tem como objetivo crescer atuando na Cidade de Campina Grande na Paraíba.

O sucesso é decorrente dos produtos diversificados e de qualidade, oferecidos com os melhores preços para toda a população como: centro empresarial, chalés na praia em condomínio fechado, condomínio clube, condomínio de lotes, casas e apartamentos de diversos padrões.

Dessa forma a empresa cresce de forma planejada para se inserir na nova realidade do mercado. Para isso, se especializou em grandes empreendimentos, assumiu o compromisso com a melhoria contínua dos seus processos construtivos, com a eficácia do sistema de gestão de qualidade, economia de escala e em larga produção.

4.2 Controle Interno

O controle interno é utilizado nas empresas como forma de orientar os gestores para a tomada de decisão que traga benefícios para a companhia e que desenvolva projetos de crescimento financeiro.

Na empresa estudada foi questionado se existe o sistema de controle interno e quem os desenvolve. A resposta para esse questionamento é que existe sim um sistema de controle interno, elaborando procedimentos de acordo com as necessidades da empresa e de todos os colaboradores que a compõe.

Com base no desenvolvimento do controle interno na empresa, foi questionado como são testados os procedimentos de controle e sua periodicidade. Os resultados foram que são feitos sim o controle interno semestralmente nos setores e obras que são submetidos a auditoria interna e anualmente a auditoria externa.

4.3 Manual de Controle Interno

Nas empresas de grande porte possuem em seu sistema de controle interno manuais que discriminam procedimentos utilizados pela empresa e seus colaboradores. Na empresa em estudo foi questionado se existe um manual de controle interno e quais as atribuições e responsabilidades pelos os indivíduos que a compõe como também os procedimentos sobre as principais atividades da empresa (vendas, recebimentos, compras, pagamentos, salários, registros contábeis) de forma bem definida.

Os resultados foram não, existe um manual de sistema de qualidade que é composto também por descrições de cargos da empresa, no qual cada cargo possui seu perfil e atribuições, dando maior ênfase aos requisitos na parte de vendas, compras e processo de admissão. Portanto, ainda falta um manual de controle interno na companhia no qual se tenha todos os procedimentos adotados por cada setor para serem seguidos tanto pelos clientes internos como externos.

Dessa forma, a empresa apresenta que os controles estão sujeitos a uma verificação periódica por parte de um setor de auditoria interna, só que essa auditoria é realizada por empresas contratadas, mas que tem interesse em passar a realizar auditorias por um profissional da empresa contratada como auditor interno.

4.4 Controle de Orçamento.

As empresas de produção e de grande porte possuem em seu sistema interno programas que controlam todas as despesas ocorridas com a produção de algum produto, esse procedimento está diretamente ligado ao orçamento que deve ser realizado ao elaborar um projeto.

Dessa forma pode se dizer que em uma empresa de construção civil é necessário que se tenha um sistema orçamentário para a construção de obras, levantando todas as despesas que ocorreram durante a obra, só assim poderá ter uma base do valor do empreendimento, mas deve estar sempre atentos aos gastos desnecessários ou desperdício de materiais por não ser controlado pelo engenheiro e almoxarifado da obra.

Com base nessas informações foi questionada a empresa em estudo se existe um sistema orçamentário (receita, despesa, compra de matérias-primas e bens do imobilizado). O resultado foi positivo, no qual existe e é utilizado um software chamado de Totvs onde são elaborados todos os orçamentos das obras a serem executados.

4.5 Controle de contas a receber

O setor de contas a receber tem um papel muito importante dentro de uma organização, pois é por meio do controle de recebimentos que a empresa pode ter a certeza que o retorno de seu investimento e da venda de seus produtos estão sendo reconhecidos pelo mercado.

Em uma empresa de construção esse procedimento de controlar os recebimentos é utilizado de forma a reconhecer o retorno tanto de seus clientes como de instituições financeiras que realizam os financiamentos do imóvel construídos e vendidos.

No entanto, antes de receber as receitas provenientes de vendas, é necessário que seja realizada processos de análise de crédito no qual o cliente passa por um avaliação para ter o seu crédito aprovado e sua compra seja efetuada com sucesso.

Na empresa do estudo foi questionado se é realizado uma concessão de crédito ao cliente antes de ser processada a venda do imóvel e quais os procedimentos tomados para o contas a receber em atraso.

A resposta da pesquisa foi que existe sim um setor de contratos na empresa que realiza a conferência da documentação dos clientes, verifica se eles têm condições de assumir as prestações e na sequência encaminha toda a papelada para a análise de crédito e logo em seguida para o correspondente bancário no qual o financiamento vai ser avaliado e depois o contrato será fechado e assinado.

Já em relação aos recebimentos de clientes em inadimplência a empresa demonstrou que falta um sistema adaptado para realizar cobrança junto aos inadimplentes, outro fator importante são os diversos problemas causados pela alimentação inadequada do sistema realizada em anos anteriores que refletem na ineficiência da cobrança de hoje.

4.6 Controle Financeiro e Procedimentos do Contas a Pagar

O setor financeiro existe em qualquer empresa seja ela microempresa ou grande empresa, vai existir sempre um setor responsável pelas despesas financeiras que a

organização efetua.

O setor de contas a pagar fica responsável por realizar todos os pagamentos das compras realizadas no mês. Portanto, é necessário que esse trabalho seja feito de forma segura, sendo necessário um controle financeiro.

Dessa forma, foi pesquisada e estudada na empresa em estudo como era realizado os procedimentos de controle financeiro, como é feito a realização dos pagamentos e como é organizado para efetuá-lo.

Então o procedimento realizado é que o setor de contas a pagar antes de passar a programação de pagamentos do dia ao gestor do setor para a liberação e autorização, é conferido o documento fiscal com a ordem de compra e boleto de pagamento como forma de confirmar a compra da mercadoria ou o serviço tomado.

Uma outra forma de controle realizada pela empresa no setor financeiro é o controle da numeração dos cheques se são emitidos de forma seqüencial, e realmente é o procedimento adotado pela companhia, os colaboradores que realizam esse trabalho afirmaram que todos os cheques emitidos pelo setor de contas a pagar tem o controle de seqüência numérica dos cheques para que estejam organizados pela numeração criada pela agência bancária.

Um outro questionamento levantado foi se os documentos dos pagamentos como ordem de compra, nota fiscal e fatura acompanham os cheques no momento de sua assinatura, a resposta foi que no momento em que os cheques emitidos no dia vão para serem assinados pelos sócios e responsáveis pela empresa é acompanhado aos cheques os documentos ordem de compra, nota fiscal, e fatura com o vencimento do dia.

Na empresa em estudo além de controlar toda a documentação para o pagamento de despesas no mês, é necessário que se tenha a autorização final do diretor, dessa forma foi questionado se os cheques emitidos são assinados por quantas pessoas e quais os responsáveis. Portanto, a confirmação foi que os cheques emitidos são assinados por dois responsáveis, ou seja, os sócios da empresa, no qual um deles é o diretor.

4.7 Controle Contábil

No momento em o mercado está em crescimento e a cada dia surgem novas empresas, é necessário que se tenha um controle sobre as receitas e despesas da entidade, para isso é necessário o uso e implantação de sistema contábil, no entanto, esse sistema pode ser interno ou terceirizado.

Na empresa em estudo a contabilidade é terceirizada, ou seja, toda a

documentação a ser contabilizada é enviada para o contador analisar e elaborar os balanços e balancetes. Mas para isso é necessário que esses dados sejam verídicos.

Dessa forma o ponto em questão é se é realizado os processos de elaboração de relatórios para contabilidade, se é feita a conciliação bancária e se todas as despesas realizada no mês são contabilizadas no seu mês de competência.

A empresa da pesquisa e estudo respondeu que a contabilidade elabora conciliações bancárias fazendo o cruzamento extrato e sistema financeiro, confrontando as entradas e saídas, possibilitando um melhor resultado e verificando possíveis erros. Depois de conciliado os bancos e toda a documentação do mês estiverem organizados é necessário elaborar os relatórios do sistema de despesa e receitas do mês, verificar com as entradas e saídas do banco, só assim os relatórios estarão prontos para ser encaminhada a contabilidade.

Todos os pagamentos realizados no mês são contabilizados no seu período de competência, o procedimento começa no momento da contabilização do movimento fiscal do mês de vigência e logo depois há o confronto com a documentação bancária das contas a pagar. Para esse procedimento acontecer todos os pagamentos realizados no mês são enviados para a contabilidade para serem contabilizados no seu período de competência.

4.8 Controle Interno mudanças e benefícios

O controle Interno quando implantado em qualquer empresa sempre traz mudanças positivas gerando benefícios. Desse modo, após a pesquisa realizada e como forma de finalizar os questionamentos e saber se o processo de implantação do sistema de controle interno trouxe benefícios, as mudanças e evolução que ocorreram na organização.

Então a entidade após o sistema de controle ser implantado, a empresa apresentou resultados positivos, pois passou a ter um melhor controle dos procedimentos e ter também informações e dados reais sobre a situação contábil. Os benefícios de um controle interno utilizado corretamente sendo seguidas todas as regras e missão exigidas e redigidas, o sistema de controle pode trazer grandes mudanças positivas tanto para a empresa em estudo como para qualquer outra, pois auxilia os gestores e diretores na tomada de decisão.

Para a empresa avaliada o sistema de controle interno no setor contábil da empresa é considerado regular. Ou seja, é necessário que o sistema seja melhor

adaptado e seguido as normas e metas que a empresa estabeleceu, só assim o controle interno será considerado ótimo tanto pelos clientes internos e externos.

A empresa apresentou evolução com o sistema implantado, pois destacou a previsão de problemas futuros, a comprovação de veracidade nos dados e relatórios contábeis e a preservação de fraudes. Já que o sistema foi criado com o intuito de melhorar o operacional, trazendo informações mais claras e confiáveis. Dessa forma a entidade ganhou mostrando-se ter uma maior estabilidade tanto comercial como financeira, melhorando como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado teve como objeto de estudo uma empresa de construção civil sediada na cidade de Natal-RN, no qual foi elaborado um estudo de caso sobre o controle interno na entidade. Foram abordados os conceitos primordiais de controle interno, até a análise aprofundada dos itens que compõem um controle interno eficaz, conforme a literatura específica estudada.

Com o estudo de caso foi analisado que a empresa possui o sistema de controle interno, no qual com a supervisão do profissional controller, onde trabalha sem ajuda de uma equipe, sua função é a de melhorar de maneira eficaz todos os procedimentos que fazem parte da entidade, a fim de detectar erros, melhorar o funcionamento das atividades entre os colaboradores.

Em relação aos processos internos dentro de cada setor, apresentam-se ainda com falhas e precisam ser melhor analisados, mesmo já trabalhando com o controle de envio de documentação fiscal e contábil mensal para a contabilidade, a análise mensal de balancetes e anual de balanço, auditoria interna semestralmente.

Assim fica claro que com o sistema de controle interno eficiente todos os processos utilizados dentro da empresa por seus colaboradores se tornam ágeis e de fácil entendimento, tanto para os auditores como para os demais usuários das informações contábeis, sendo mais fácil para a contabilidade e para os gestores a verificação dos erros e fraudes ocorridos em algum instante do processo para que seja tomada a devida providência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2º ed. São Paulo: Audibra, 1992,p.48.
- BEUREN, Ilse Maria In: LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. 2º ed. São Paulo: Atlas,2004.
- CONTROLADORIA: agregando valor para empresa/organizado por Paulo Schmidt. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- FRANCO,Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas,2001.
- GEHBAUER, fritz. In: Marisa Eggensperger (coord.). Planejamento e gestão de obras: Um resultado prático da cooperação técnica Brasil-Alemanha. 1 ed. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002. 171p.
- GOLDMAN, P. (2004). **Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira**. São Paulo: Editora Pini.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- OLIVEIRA, P. R. Djalma. **Sistemas, Organização e Métodos: Uma abordagem gerencial**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisa, TGI,TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo : Pioneira,1998.
- PEREIRA, Carlos A. In CATELLI, Armando (org.) **Controladora: Uma abordagem da gestão econômica**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2001.
- POUBEL DE CASTRO. Domingos. **Auditoria e Controle Interno na Administração**

Pública: evolução do controle interno no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes. **Curso de Auditoria.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002

MAGALHÃES, Antonio de Deus E.. **Auditoria das organizações: metodologias**

alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas/

Antonio de Deus E. Magalhães, Irtes Cristina Lunkes, Aderbal Nicolas Muller. São Paulo: Atlas, 2001.

Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras/

Ernest & Young, Fipecafi – 1. ed. - 2 – reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

www.crcsp.org.br . Resolução CFC N°1328/11, acesso dia 01/11/2012.

www.cfc.org.br. NBCT11, acesso dia 01/11/2012.

www.cfc.org.br, Resolução nº1328/11, acesso 01/11/2012.

APÊNDICE A – Questionário

Controle Interno: estudo de caso em uma empresa de construção civil sediada em Natal
– RN

Nome:

Função:

Tempo de Função

Questionário

1 Na empresa possui controle interno? Quem o desenvolve?

() Sim

() Não

Justifique: _____

2 Os controles internos são testados periodicamente?

() Sim

() Não

Justifique: _____

3 Na empresa existe o Manual de Controle Interno?

() Sim

() Não

Justifique: _____

4 A empresa possui manual interno? As atribuições e responsabilidades dos funcionários, seções, divisões, departamentos, gerência e/ou filiais estão claramente definidas nos manuais internos da organização?

() Sim

() Não

Justifique: _____

5 Os procedimentos sobre as principais atividades da empresa (vendas, recebimentos, compras, pagamentos, salários, registros contábeis) estão definidos nos manuais internos da organização?

() Sim

() Não

Justifique: _____

6. A empresa usa um sistema orçamentário (receita, despesa, compras de matérias-primas e bens do imobilizado)?

() Sim

() Não

Justifique: _____

7 As transações e os controles estão sujeitos a uma verificação periódica por parte de um setor de auditoria interna?

() Sim

() Não

Justifique: _____

8. É feito um estudo para concessão de crédito ao cliente antes de ser processada a venda dos imóveis?

() Sim

() Não

Justifique: _____

9 Os controles atuais asseguram que sejam tomadas providências para as contas a receber em atraso?

() Sim

() Não

10. Existem procedimentos padrões nos processos de rotina na hora de elaborar os relatórios para a contabilidade?

() Sim

() Não

11. A contabilidade elabora conciliações bancárias em base mensal (poderia detectar um recebimento não depositado – recibo de depósito falso e até mesmo omissão ou erro de contabilização?)

() Sim

() Não

12. O setor de contas a pagar, antes de liberar a nota fiscal para o pagamento, confere documento fiscal com ordem de compra ou contrato e inspeciona evidência do recebimento dos bens ou da prestação dos serviços?

() Sim

() Não

13. Os controles internos asseguram que os pagamentos sejam contabilizados em seu período de competência?

() Sim

() Não

14. Todo o processo de pagamento é enviado para a contabilidade?

() Sim

() Não

15. A contabilidade exerce controle sobre a sequência numérica dos cheques?

() Sim

() Não

16. Os cheques são assinados por dois ou mais funcionários categorizados?

() Sim

() Não

17. Os documentos comprobatórios dos pagamentos (ordem de compra, nota fiscal e fatura) acompanham os cheques quando de sua assinatura?

() Sim

() Não

Justifique: _____

18. O controle interno trouxe benefícios?

() Sim

() Não

Justifique: _____

20. Quais as mudanças que o sistema de controle interno trouxe para a contabilidade?

21. Como você avalia o sistema de controle interno no setor contábil da empresa?

() ruim

() regular

() bom

() ótimo

22 Depois de implantado o sistema de controle interno no setor contábil a empresa apresentou evolução?

() Sim

() Não

Justifique: _____